

---

## “Eu lutei muito para estar viva e garantir a vida dos meus iguais”: experiências de enfrentamento da crise sanitária da pandemia de Covid-19 entre indígenas Kaimbé em Guarulhos/SP e Massacará/BA

*“I fought hard to be alive and to guarantee the lives of my peers”: experiences of coping with the health crisis of the Covid-19 pandemic among Kaimbé indigenous people in Guarulhos/SP and Massacará/BA*

**Ana Paula Marcelino da Silva**

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/12182>

DOI: 10.4000/pontourbe.12182

ISSN: 1981-3341

### Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

### Refêrencia eletrónica

Ana Paula Marcelino da Silva, «“Eu lutei muito para estar viva e garantir a vida dos meus iguais”: experiências de enfrentamento da crise sanitária da pandemia de Covid-19 entre indígenas Kaimbé em Guarulhos/SP e Massacará/BA», *Ponto Urbe* [Online], 30 v.1 | 2022, posto online no dia 28 julho 2022, consultado o 18 outubro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/12182>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.12182>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 18 de outubro de 2023.



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

---

# “Eu lutei muito para estar viva e garantir a vida dos meus iguais”: experiências de enfrentamento da crise sanitária da pandemia de Covid-19 entre indígenas Kaimbé em Guarulhos/SP e Massacará/BA

*“I fought hard to be alive and to guarantee the lives of my peers”: experiences of coping with the health crisis of the Covid-19 pandemic among Kaimbé indigenous people in Guarulhos/SP and Massacará/BA*

Ana Paula Marcelino da Silva

---

## NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 18/04/2022

Aceitação / Accepted 20/06/2022

- 1 Tarde do dia 17 de janeiro de 2021. Todos os veículos de imprensa noticiam sobre a primeira brasileira recebendo a vacina contra um vírus que estava devastando a população, principalmente a mais vulnerável do país. O ato exibido ao vivo em alguns canais de TV carregava diversos simbolismos, sobretudo por tratar-se de uma mulher, negra e profissional da enfermagem<sup>1</sup>. Minutos depois, as telas exibiram também a primeira indígena vacinada contra a Covid-19. E o simbolismo era ainda maior, visto que os povos indígenas brasileiros, além de tantas e tantas batalhas diárias e seculares pela sobrevivência e garantia da manutenção de seus territórios, foram bastante atingidos pela ameaça de genocídio, em mais um episódio de uma longa história do

contato com vírus e outros agentes patógenos trazidos para dentro de suas aldeias e grupos pelos não indígenas (Vilaça, 2020).

- 2 Naquele tempo, já havia reestruturado completamente minha pesquisa de mestrado<sup>2</sup> e pretendia entender as experiências das profissionais de enfermagem durante a pandemia. Ainda assim, todo cenário de incertezas trazido pela pandemia deixava maior a distância entre mim e um trabalho de campo presencial. Resolvi então arriscar as primeiras inserções no campo para saber como a rotina das profissionais responsáveis pelo cuidado direto com os pacientes infectados estava sendo afetada pelo problema. Foi então que fiz o primeiro contato com Vanuza Kaimbé, a primeira indígena vacinada contra a Covid-19 que também era, como pude descobrir, profissional de enfermagem. Desde as nossas primeiras trocas de mensagens, Vanuza se prontificou a conversar comigo e esclarecer o que a tinha levado à simbólica posição da primeira indígena vacinada contra a Covid-19. Combinamos de nos encontrar para conversar sobre as questões e desafios trazidos pela pandemia ao povo Kaimbé e nos reunimos remotamente, pela primeira vez, no dia 4 de fevereiro de 2021.
- 3 Na época eu não sabia, mas aquele encontro resolveria muitas incertezas metodológicas da minha pesquisa, além de proporcionar provocações teóricas e preocupações éticas que também são muito caras. O primeiro contato, o primeiro dilema ético. Movida pela empolgação do acontecimento das primeiras vacinadas, procurei Vanuza Kaimbé no *Facebook*. Após encontrar o seu perfil na rede, enviei uma mensagem privada explicando quem eu era e o motivo pelo qual as possíveis narrativas de Vanuza sobre a pandemia seriam de grande valia para a construção de minha pesquisa. Posteriormente, a escrita do diário de campo revelou um dilema ético bastante incômodo em certo sentido, mas que ao mesmo tempo também diz muito sobre as próprias ferramentas de interação disponibilizadas pela plataforma em questão e sobre a percepção de seus usuários: até que ponto não estamos sendo invasivas/os quando tentamos estabelecer esses vínculos com possíveis interlocutores através de seus perfis em redes sociais? Apesar de seu perfil no *Facebook* ser público, o fato de tomar a iniciativa de enviar a primeira mensagem deixou a sensação de que, de alguma forma, estaria praticando algum tipo de invasão ou ação predatória. Fui surpreendida pelas gratas surpresas dessa primeira experiência. As questões trazidas por Vanuza, indígena Kaimbé que atualmente mora em Guarulhos/SP, na Aldeia Multiétnica Filhos Dessa Terra, foram fundamentais para o que, meses depois, tomei como uma experiência de "contaminação" (Brandão, 2007, p. 13). Era também, então, uma experiência com a polissemia do conceito, considerando as ressonâncias que a palavra tem tanto com o contexto sanitário, quanto com o fato de que eu estava ávida por iniciar o trabalho de campo, mas completamente atravessada pela impossibilidade da presença.
- 4 O que Brandão (2007) entende por contaminação é a estratégia de não entrar em campo aprisionado nas correntes metodológicas projetadas para a pesquisa.
 

Eu costumo chegar na região onde vou pesquisar e, dependendo do tempo que eu tenha, costumo passar algum tempo de "contaminação" com o local, ou seja, procuro não entrar diretamente numa relação de pesquisa. Não só **não invadir o mundo das pessoas com uma atitude imediata de pesquisa, como também não me deixar levar de imediato sem um trabalho de coleta de dados.** (Brandão, 2007, p. 13).
- 5 A questão é que o tempo almejado não podia ser vivido, ao menos não de uma forma mais convencional, presencialmente. Isso implica, em certo sentido, em um rompimento com a aura silenciosa em torno da figura de Malinowski e de sua

observação participante, que passou a assombrar etnógrafos desde o início da pandemia e que retroalimenta o arcabouço mítico que já formou muitos etnógrafos e etnógrafas no Brasil ao longo dos anos (Alebrandt *et al*, 2020, p. 106). A contaminação biológica não oferecia espaço para riscos naquele momento, não apenas por uma questão de segurança pessoal, mas de resguardar a própria segurança de minhas interlocutoras. Como nos lembra Maluf (2021), a pandemia nos colocou diante de várias janelas, abrindo com isso novos espaços de interação para enfrentar um momento tão cheio de variáveis complexas. Nesse sentido, a conversa, que aconteceu de maneira remota por meio da utilização do *Google Meet*, passou a ser a principal ferramenta metodológica da pesquisa e viabilizou a experiência de "contaminação". Mas voltemos à experiência de Vanuza.

- 6 Técnica em enfermagem de formação e com experiência na saúde indígena, Vanuza também é acadêmica no curso de Serviço Social (PUC/SP). Ela é uma das lideranças indígenas mais atuantes no país, agindo na defesa legítima e ferrenha dos direitos muitas vezes negados pelo Estado. É justamente por habitar esses diversos "lugares", tão centrais para os desdobramentos problemáticos trazidos pela crise sanitária, que sua leitura sobre a pandemia é tão precisa, clara e fundamental para entendermos diversas questões que permeiam as lutas dos povos indígenas e dos milhões de brasileiras e brasileiros que tiveram suas vidas negligenciadas por uma gestão desastrosa da pandemia (Ortega & Orsini, 2020), no país que possui o maior sistema público de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS). Pois, como a própria Vanuza me disse: "Eu não luto só por políticas para o meu povo, mas para todos que estão próximos de mim. Onde eu consigo alcançar eu tô sempre lutando pela sobrevivência e para ter os direitos garantidos."
- 7 O caso é que lá estava eu diante de minha primeira entrevistada, sabendo apenas que o que nos ligava era um fato que eu conhecia sobre ela através da mídia. A própria organização do roteiro de questões girava em torno das experiências da enfermagem, mas desde a primeira pergunta se mostrou insuficiente, necessitando de adaptações.
- 8 Ainda com o roteiro inicial em mãos e enquanto fazia anotações sobre a resposta de Vanuza, decidi mudar a ordem e adaptar algumas questões em torno da minha curiosidade em saber como - enquanto líder indígena e presidente do conselho de sua aldeia, mulher, profissional de saúde - ela analisava como estava sendo feito o enfrentamento da pandemia no Brasil. "A gente já sabia que ia ter uma dificuldade bastante grande com esse governo porque ele é de extrema direita e é antipovos indígenas."

*Muitas políticas partiram da gente. Eu, na secretaria municipal de Guarulhos, no dia 18 de fevereiro já tava discutindo a pandemia, já tava falando que ela ia chegar aqui. E lá as pessoas diziam que eu tinha que me preocupar com a dengue, com a Chikungunya, que aqui era um país tropical e não ia chegar dessa forma. E eu falando "Guarulhos é uma porta de entrada, vai chegar. Essa doença vai chegar por Guarulhos, nós vamos ser atingidos. Guarulhos não está se preparando, a gente tem que fazer um trabalho diferenciado, não ficar esperando". Aí me mandavam as portarias do Ministério da Saúde. Eu falei, "isso é ineficiente, nós temos que fazer um trabalho de prevenção aqui porque eu não quero morrer, a minha população indígena daqui não quer morrer!". Então foi uma luta, eu lutei muito para estar viva e garantir a vida dos meus iguais. Fiz um combate, corri atrás pra que fosse testado. Em Guarulhos não há aldeia demarcada ainda, mas foi a primeira aldeia a ser testado Covid no Brasil porque o Instituto Butantã foi lá testar. E foi tudo da gente que partiu, porque se a gente ficar esperando pelas autoridades, pelo governo, pra que eles façam a parte deles, eles não fazem. Eles só fazem quando a gente pressiona, quando a gente cobra,*

*vai à luta e não aceita o descaso, não fica só reclamando nas redes sociais como muitos da população brasileira ficam. Vamo à luta! E a gente dá a cara à tapa mesmo.*

- 9 Com essa leitura cuidadosa e atenta, minha interlocutora resume com precisão as principais questões sobre o enfrentamento da pandemia no país: a desatenção às especificidades, além das questões biológicas em torno da contaminação, e a necessidade de minimizar os efeitos de uma possível chegada do vírus ao nosso país. Paralelamente, essa fala também destacava a especificidade dos povos indígenas em contexto urbano, como é o caso da Aldeia Filhos Dessa Terra, que fica em Guarulhos, na Grande São Paulo. De acordo com Amante (2020) na aldeia vivem cerca de vinte e duas famílias de cinco etnias diferentes: Kaimbé, Pankararé, Pankararu, Tupi e Wassu Cocal.
- 10 Diante da iminência da chegada do vírus ao Brasil e por causa da localização da aldeia, era urgente que algo fosse feito no sentido de prevenir a proliferação de uma doença sobre a qual pouco se sabia, do ponto de vista clínico, mas que era responsável por altos números de morte na Ásia e na Europa até então. O fechamento das aldeias para o acesso do público e a restrição da circulação externa dos aldeados era a medida mais indicada para o momento, ainda que não tenha sido orientada inicialmente pelo Estado. Mas o conhecimento epidemiológico dos povos indígenas certamente está além do aparato burocrático, já que por séculos essa população vem sendo dizimada por epidemias. E ainda que seja uma aldeia em contexto urbano, já inserida na conjuntura sanitária da cidade, o reconhecimento da vulnerabilidade étnica foi fundamental para que ações fossem tomadas na aldeia mesmo antes das determinações vindas de órgãos estatais. Em Guarulhos, "a gente fechou antes", explica Vanuza, referindo-se ao fechamento da Aldeia Filhos Dessa Terra, ocorrido já em março.
- 11 O plano oficial específico para o enfrentamento da pandemia em territórios indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais só viria em julho de 2020 com a publicação da lei nº 14.021/2020. No intervalo entre a chegada do vírus e a publicação do plano, 408 indígenas morreram por causa de complicações da Covid-19 no Brasil. Mas os dados divergem. De acordo com a APIB - Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros - esse era o número de vítimas em 2 de julho de 2020, mas a SESAI - Secretaria de Especial de Saúde Indígena - até o dia 1º de julho de 2020, listou 251 mortos<sup>3</sup>. Isso porque a SESAI não incluía nesses números os aldeados em contexto urbano. Esse é um exemplo de como a localização do território está diretamente implicada nas ações estatais direcionadas à contenção da pandemia.
- 12 Toda essa situação só fomentava a necessidade de que a luta por proteção precisasse ser reivindicada para que, além de terem seus direitos atendidos (o que demorou quatro meses), os aldeados de Guarulhos também conseguissem manter sua condição de vida com dignidade, mesmo que o fechamento da aldeia implicasse perdas significativas. Como liderança, Vanuza revela que esse processo não foi fácil, pois como o fechamento da aldeia se deu com bastante antecedência, muitos pensavam que essa era uma precaução excessiva.

*Eu e minha prima, que era da parte do conselho de saúde também em Guarulhos - agora ela é de Itaquá, mas estava em Guarulhos. E nós falamos "olha, vocês não podem trabalhar, você vai colocar a sua vida em risco, você vai colocar a nossa vida...". Então nós fechamos a nossa aldeia no mês de março. No mês de março nós já estávamos com a nossa aldeia fechada. Só entravam os parceiros, os profissionais da saúde, os parceiros do SINE<sup>4</sup> que vinham nos auxiliar. Nós fizemos uma campanha de arrecadação de alimentos. Nós falamos, eu e a minha prima e algumas lideranças, nós falamos "vocês não vão trabalhar! vocês que trabalham na informalidade, fique na sua casa com seus filhos; vamos fazer algum trabalho,*

*plantar alguma horta aqui na sua casa, usar máscara, vamos fechar nossos eventos, vamos fechar a visitação na aldeia!". Aí falavam, " nós vamos morrer de fome!". Eu falava, "não vamos!". Nós fizemos a campanha na televisão pedindo a parceria das pessoas, fazendo campanhas [de arrecadação] de alimentos, material de limpeza e, graças a Deus, na nossa aldeia ninguém nunca passou fome. E a gente ainda ajudou, porque nós somos uma aldeia de contexto urbano, a gente tem parentes por fora - eu tenho irmãos, filhos fora da aldeia - então, além da gente pedir pra gente aqui, a gente dividia entre os outros. Porque nós, indígenas, nós temos isso da partilha, de dividir. Então, além da gente ter se mantido, a gente ainda ajudava as pessoas que estavam fora. Acredito que nós fomos a primeira aldeia a se fechar no Brasil, porque no mês de março a gente já estava com a aldeia fechada. Agora, só vão lá as pessoas que vão visitar algum parente, com cuidado, e algumas pessoas que são da área da saúde. E até hoje nossa aldeia está fechada. Só vai abrir quando todos os indígenas estiverem vacinados e tiverem tomado todas as doses e a saúde tiver garantida. Nós cancelamos todos os nossos eventos que a gente fazia. Por ser uma aldeia no contexto urbano, a gente recebia universidades, escolas, a gente fazia os eventos...então tudo isso fechou e a gente não sabe quando vai abrir, só depois que acabar ou diminuir.*

- 13 A conversa ia se encaminhando para o final. Por uma questão cronológica, encerrei perguntando se Vanuza gostaria de acrescentar alguma informação ou levantar alguma questão que não tivéssemos debatido até aquele momento. Então ela falou sobre o cansaço, que tinha sido mais acentuado nos últimos dias por causa de entrevistas e falas sobre o fato de sua vacinação. Por fim, resumiu sobre a importância da vacinação, que estava comprometida pelo espalhamento das chamadas *fake news*.
- 14 Ao final da conversa e ávida por saber mais sobre a vivência do povo Kaimbé durante a pandemia, perguntei se ela não conhecia alguma profissional de enfermagem com quem eu pudesse conversar. Vanuza me indicou Magna Kaimbé, figura central no enfrentamento da crise sanitária na aldeia do povo Kaimbé situada no município de Euclides da Cunha, no estado da Bahia<sup>5</sup>.
- 15 Logo que Vanuza passou o contato de Magna, enviei uma mensagem perguntando se ela também aceitaria me contar sobre sua experiência na pandemia. Desta vez, o incômodo em contactar outra pessoa foi bem menor que da primeira vez, pois já estava instalada uma situação de familiaridade e compromisso entre mim e Vanuza que, de certa forma, respaldava meu contato com Magna.
- 16 Magna logo se dispôs e combinamos um dia e horário para nos encontrarmos remotamente. A experiência de Magna na pandemia tem diferenças significativas em relação à de Vanuza. A condição comum que as une na mobilização pela preservação de seu povo e dos povos de outras etnias, carrega também as especificidades de uma luta pelo reconhecimento perpassada pela questão do território. Mas o local onde fica o território, além das questões relacionadas à demarcação, que por si só dão margem a bastantes indagações, também influencia na atuação do Estado. Na pandemia, essas diferenças se acentuaram, como pude perceber por suas narrativas.
- 17 Magna é técnica em enfermagem e mora com o companheiro e a filha em Massacará. Ela trabalha na Unidade Básica de Saúde (UBS) da aldeia. Sua rotina antes da pandemia girava em torno de suas atribuições corriqueiras e, como ela explica, "era muito leve, muito calma". Como técnica em enfermagem, a afetividade foi destacada como tendo sido a principal impactada por conta da chegada da pandemia e com ela a necessidade de distanciamento físico.
- 18 A experiência da conversa com Vanuza permitiu que eu readequasse meu olhar, antes fixado na experiência da enfermagem, e passasse a tentar compreender como todas as informações sobre o genocídio em curso dos povos indígenas estavam sendo

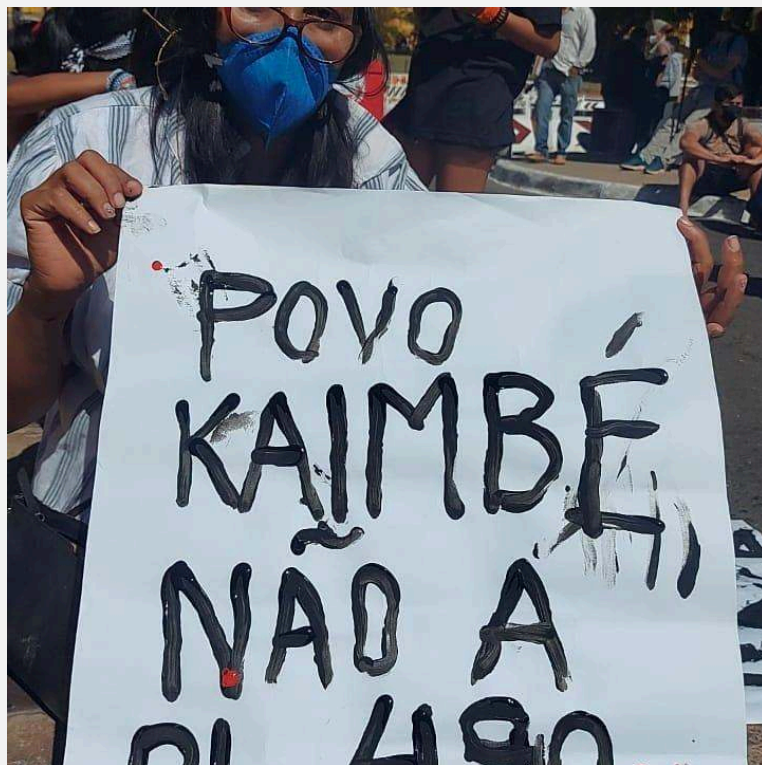
vivenciadas por essas duas lideranças da etnia Kaimbé. Segui então com a conversa perguntando a Magna sobre como tinha sido gerido o problema na aldeia de Massacará.

*A gente recebeu insumos do governo federal pelo Ministério da Saúde porque nós somos da saúde indígena, nós recebemos insumos para isso. Demorou um pouco pra chegar, mas chegou. Enquanto isso a gente foi se ajeitando por aqui com o município também. O município de Euclides da Cunha também nos ajudou muito e é nosso parceiro, porque todo material de proteção individual e tudo...quando o município tem, ele não nega pra gente da saúde indígena aqui. Eles sempre fornecem pra gente. E a gente vive nessa parceria do município com o pessoal do ministério, da SESAI, do DSEI/Bahia<sup>6</sup>, que manda sempre, supre a gente sempre com todas as coisas que eles conseguem. E assim, eu acho que foi uma coisa muito...que a gente teve que ficar de frente.*

- 19 Lembremos: entre o decreto do dia 7 de julho de 2020, que regulamentava o plano de enfrentamento da pandemia nos territórios de comunidades tradicionais, e a chegada do vírus no Brasil praticamente quatro meses já haviam se passado. Mas o que chama a atenção nessa fala de Magna é que a Terra Indígena Massacará, que é demarcada, possui uma estrutura de apoio estatal bastante consolidada, apesar das ações em certo sentido retardadas no caso da pandemia de Covid-19.
- 20 A questão a respeito da demarcação das terras indígenas no Brasil tem estado ainda mais presente nos debates atuais, pois esse é um momento de ações declaradas em sentido contrário. Desde 2019 os povos indígenas brasileiros têm sido um dos principais grupos atacados pela então nova gestão do Executivo federal, que se elegeu com apoio bastante significativo do Legislativo. Corroborados pelas declarações desumanas e criminosas do chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, e pela flexibilização ou “passagem da boiada” arquitetada pelo ex-detentor da pasta do Meio Ambiente, Ricardo Salles, as ações de grileiros ilegais em terras indígenas têm permanecido impunes, apesar da divulgação de cenas de explícita tentativa de extermínio desses povos. Tudo isso somado ainda ao desmatamento que tem atingido níveis nunca antes registrados, afeta diretamente povos mais isolados. Mas não só eles, pois a grande discussão sobre a questão dos territórios indígenas brasileiros esbarra numa prerrogativa levantada pela Constituição Federal de 1988, que determina entre outras coisas a responsabilidade da União em demarcar as terras ocupadas por esses grupos, por eles utilizadas para suas atividades ou que de alguma forma tenham relação com o desenvolvimento de suas práticas. Obviamente, o reconhecimento legal da necessidade de que a União faça as demarcações é imprescindível para garantir a segurança jurídica desses povos, mas reduzir as condições para demarcação a um marco temporal legal é uma decisão tão simples assim?
- 21 Esse é o tema do Projeto de Lei 490 (PL 490), desengavetado pelos setores mais retrógrados e mercenários da política brasileira. O PL estabelece o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal, como marco temporal a partir do qual os povos indígenas devem comprovar que ocupavam suas terras. Além disso, o projeto também proíbe a ampliação das terras já demarcadas, ainda que haja reivindicações que questionem a demarcação. Certamente não haveria momento político mais adequado para que o projeto, engavetado desde o ano de 2007, tenha voltado a protagonizar o debate sobre a relação entre os povos originários e o Estado. No final do mês de junho deste ano, indígenas de diversas etnias marcharam até a frente da Câmara dos Deputados para protestar contra o PL 490/2007<sup>7</sup>. Esse assunto também era novidade para mim e escapava das minhas intenções iniciais de pesquisa. No entanto, cada vez que relia as transcrições era provocada a refletir mais sobre todas

as questões colocadas por minhas interlocutoras. Em meio a uma pandemia descontrolada e sob ataques constantes e significativos por parte de grileiros ilegais, os povos indígenas ainda tinham que lutar para que seus direitos, já bastante deficitários em certo sentido, não fossem negados de vez pelo Estado. Por isso, cabe aqui um breve mas fundamental excursão sobre a atuação de Vanuza Kaimbé.

- 22 A escrita deste trabalho foi a forma que encontrei para agradecer às minhas interlocutoras o cuidado com que aceitaram participar de uma pesquisa que ainda dava seus primeiros passos. A pesquisa e a antropóloga, aliás. A decisão sobre a escrita também me fez perceber a importância da devolutiva para o método etnográfico, pois muitas vezes encerramos nossas ideias e conclusões em espaços ocupados por pessoas com pensamentos similares aos nossos, o que pode ser produtivo em alguns pontos, mas muitas vezes é apenas o eco de nossas próprias palavras. Por isso, além de participarem, elas acompanharam todo processo de escrita e sugeriram ajustes ao texto.
- 23 É nesse contexto de troca e de novas conversas via troca de mensagens por aplicativo que surgiu a discussão sobre o PL 490 e a atuação de Vanuza e Magna nas manifestações. Elas logo concordaram em enviar fotografias tiradas nesses momentos. Vanuza foi a Brasília no mês de junho do ano atual para participar dos protestos contra a PL 490.





Fotos do acervo pessoal de Vanuza Kaimbé de sua participação nos protestos contra o PL 490 ocorridos em Brasília no mês de junho de 2021.

- 24 Na aldeia dos Kaimbé em Massacará/BA também ocorreram protestos contra o PL 490 e contra o PL 191/2020<sup>8</sup>. Propus a Magna que ela me enviasse fotos desse momento e ela aceitou de imediato.



Foto do acervo de Magna Kaimbé tirada durante os protestos ocorridos em Massacará/BA em junho de 2021.



Foto do acervo de Magna Kaimbé tirada durante os protestos ocorridos em Massacará/BA em junho de 2021.

- 25 Além dessas questões, os povos indígenas brasileiros têm sido expostos a epidemias devastadoras, conforme já sinalizamos no início do texto. De acordo com Vilaça (2020), a chegada da pandemia expôs algumas etnias a uma dupla ameaça, pois muitas delas já têm um histórico epidemiológico em que a malária é a doença mais presente. Todo esse cenário só corrobora aquilo que Magna Kaimbé, indígena e profissional de saúde, me disse: "O indígena é sim uma população vulnerável. O indígena precisa de mais atenção do governo federal." Precisa e tem o direito de suas especificidades e vulnerabilidade reconhecidas pelo Estado, que deve agir no sentido de proteger os verdadeiros donos de *terrae brasilis*.
- 26 O episódio de "contaminação" aqui narrado transformou-se em fonte de infindáveis questionamentos éticos, metodológicos, mas sobretudo em uma reflexão a respeito do tempo de uma etnografia, isto é, a partir de qual momento aquilo que eu estava fazendo era um trabalho de campo com potencialidades acadêmicas? Dúvida de principiante. Agora lembro que sempre comentava em reuniões com colegas que a passagem para a pós-graduação me colocava numa espécie de liminaridade (Turner, 2005) em relação a pessoas que já estavam na disciplina em que a etnografia é o principal componente de sua excepcionalidade. Mas, como nos lembra Turner (2005), a invisibilidade diante do não lugar ocupado pelo "ser-transicional ou persona liminar" (Turner, 2005, p. 140), que é e não é ao mesmo tempo, mas que permanece sendo perpassada pelo simbolismo em torno do ritual, é característica dos sujeitos nessa fase de transição.
- 27 Mas voltemos às conversas. Magna Kaimbé me indicou Geisa, enfermeira com quem trabalha na UBS da aldeia de Massacará. Trocamos mensagens e logo marcamos um encontro também de maneira remota. Geisa Coni não é indígena Kaimbé, mas trabalha há anos como coordenadora da saúde indígena na UBS de Massacará. Para Geisa, o grande desafio trazido pela pandemia para o seu contexto de trabalho foi a preparação tanto da equipe quanto da comunidade. A conjugação de saberes e o respeito mútuo foram fundamentais para que, até o dia de nossa conversa, 2 de março de 2021, apenas uma infecção por Covid-19 tivesse sido confirmada em Massacará. Ainda que este tenha sido um momento de tensão, tanto para a pessoa infectada quanto para Geisa, profissional que realizou o teste, a forma como ela administrou a situação, acolhendo a paciente com os devidos cuidados necessários para manter a segurança de ambas, revela como é fundamental a presença dos profissionais de saúde em momentos como este. "O profissional de saúde não pode se acovardar", conta Geisa. E ela não se acovardou. O plano de enfrentamento local, além do fechamento da aldeia também acionou uma das áreas do SUS que foram mais negligenciadas desde o início da crise sanitária: a atenção básica. Com reuniões entre os agentes indígenas de saúde municipais, instalação de pias na entrada da unidade de saúde, distribuição de álcool etc., a equipe coordenada por Geisa conseguiu administrar a situação de maneira exemplar. Mas ainda havia uma necessidade, a vacina. "Ir para a aldeia com as doses foi uma felicidade enorme. Vacinar e ser vacinada foi uma alegria muito grande", relata Geisa.
- 28 Todas essas questões foram levantadas por um roteiro em constante modificação desde a primeira conversa. Mantive apenas os temas centrais. Essa experimentação etnográfica permitiu perceber como a forma semiestruturada da entrevista responde por muito pouco do conteúdo das respostas, ainda que seja fundamental para que o tema geral que permeia o interesse da pesquisa tenha sido colocado às interlocutoras. Como disse anteriormente, a escrita talvez seja para mim o que possibilitou a junção

das peças metodológicas que ainda não estavam completamente arranjadas desde que, completamente mobilizada pela alegria em ver a cena das primeiras vacinas, decidi procurar Vanuza nas redes sociais e propor uma conversa. Além de se dispor a conversar desde o primeiro momento com uma antropóloga a milhares de quilômetros de distância e sem nenhuma referência, ela acabou sendo responsável pelos desdobramentos empíricos que culminaram na escrita desse texto. Do ponto de vista metodológico, as conversas descritas nesse relato foram fundamentais para o aprimoramento das questões que passaram a fazer parte da pesquisa à época ainda em andamento. Mas e quanto ao vínculo? Todas nós nos mantivemos à disposição para contatos posteriores. Não sei se é possível falar em vínculo, mas compromisso e respeito sempre existiram por parte dessas três mulheres que tanto me ensinaram sobre cuidado e sobre como se deve enfrentar uma pandemia no Brasil.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEBRANDT, Débora *et al.* Para aprender etnografia é preciso descolonizá-la? Relatos da experiência de ensino da disciplina escrita etnográfica. In: **Desigualdades e políticas da ciência**. ALLEBRANDT, Débora. MEINERZ, Nádia Eliza. NASCIMENTO, Pedro Guedes (Orgs.). Florianópolis: Casa Verde, 2020.
- AMANTE, Vandrezza. Filhas da Terra: o contexto urbano atual no Sudeste, ocupações e ressignificações. **Catarinas**, 10 de julho de 2020. Disponível em: <<https://catarinas.info/filhas-da-terra-o-contexto-urbano-atual-no-sudeste-ocupacoes-e-ressignificacoes/>>. Acesso em 11 de julho de 2020.
- MALUF, Sonia Weidner. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Tomos**, nº38, jan/jun, 2021.
- ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism and the collapse of public health leadership. **Global Public Health**, 2020. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17441692.2020.1795223>>. Acesso em 15 de julho de 2021. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1795223>.
- SOUZA, Bruno. **Fazendo a diferença**: um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos**: aspectos do ritual Ndembu. São Paulo: EDUSP, 2005. ISBN 9788522803910.
- VILAÇA, Aparecida. **Morte na Floresta**. São Paulo: Editora Todavia, 2020. ISBN 9786556920283.

## NOTAS

1. Mulher, negra, enfermeira atuante na linha de frente do atendimento aos infectados, Mônica Calazans foi a primeira brasileira a ser vacinada em território nacional contra Covid-19. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/17/primeira-pessoa-e-vacinada-contracovid-19-no-brasil>>. Acesso em 11 de julho de 2021.

2. Minha pesquisa de mestrado, intitulada "Os riscos do cuidado: experiências das profissionais de enfermagem na pandemia de Covid 19", foi orientada pela Profa. Dra. Mônica Franch (UFPB) e co-orientada pela Profa. Dra. Ednalva Neves (UFPB). A pesquisa também integra o projeto "AntropoCovid - Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social", coordenado pelas professoras Sonia Maluf UFSC/UFPB), Mônica Franch (UFPB) e Soraya Fleischer (UnB).

3. Outro dado relevante para visualizar a diferença das ações estatais na contenção da pandemia nas aldeias em contexto urbano diz respeito à taxa de contaminação que, entre indígenas que vivem nas cidades, era cinco vezes maior no mesmo e crítico período. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/02/brasil-tem-mais-de-103-mil-casos-confirmados-de-coronavirus-entre-indigenas-dizem-entidades.ghtml>. Acesso em 10 de julho de 2021.

4. Sistema Nacional de Emprego.

5. De acordo com Souza (1996), há poucos documentos históricos sobre a origem do povo Kaimbé e os poucos que existem estão em mau estado de conservação. Entretanto, o autor reconhece que existem condições documentais suficientes para afirmar que os Kaimbé são um subgrupo dos Kariri, dada a proximidade geográfica da aldeia de Massacará com as Missões Kariri, missões jesuítas ocorridas no sertão baiano.

6. Distrito Sanitário Especial Indígena do estado da Bahia.

7. Os protestos ocorreram em frente à Câmara dos Deputados e ao Supremo Tribunal Federal. O projeto de lei tem apoio do Executivo que se fechou completamente a qualquer possibilidade de diálogo no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas. Pelo contrário, já que os ataques são diversos e constantes, a importância simbólica de recorrer aos outros dois poderes federativos - o Legislativo e o Judiciário - só demonstra o tensionamento constante entre os três poderes, provocado pelo Executivo e por setores do Congresso Nacional que têm interesse direto na exploração das terras indígenas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/06/23/porque-os-indigenas-protestam-em-brasilia-entenda-o-pl-490-projeto-que-muda-a-demarkacao-de-terras.ghtml>>. Acesso em 15 de julho de 2021.

8. Este é outro projeto de lei que impacta diretamente os povos indígenas, principalmente os mais isolados. A proposta faz parte do pacote que facilita o genocídio dos povos indígenas brasileiros. O projeto regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231, estabelecendo "condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas". Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>>. Acesso em 16 de julho de 2021.

---

## RESUMOS

As experiências de enfrentamento da pandemia de Covid-19 variaram bastante por todo o Brasil. A dimensão continental e a conjuntura política fragmentada foram fatores significativos para que as respostas ao problema não fossem alinhadas. Nesse cenário, o caso dos povos indígenas é bastante singular, pois não é de hoje que as lutas pela garantia de seus territórios e contra epidemias vêm sendo enfrentadas. Este trabalho é fruto de minhas primeiras incursões etnográficas e trata das experiências de enfrentamento da pandemia de Covid-19 entre os Kaimbé nas cidades de Massacará/BA, aldeia localizada no sertão da Bahia, e Guarulhos/SP, aldeia multiétnica em contexto urbano.

Experiences of coping with the Covid-19 pandemic varied greatly throughout Brazil. The country's continental dimension and its fragmented political situation were significant factors for the responses to the problem not to be aligned. In this scenario, indigenous people's case is rather unique, as both the struggles to guarantee their territories and the fight against epidemics are widely known. Work is the result of my first ethnographic incursions and deals with the experiences of coping with the Covid-19 pandemic among the Kaimbé in the cities of Massacará/BA, a village in a rural context, and Guarulhos/SP, a village in an urban context.

## ÍNDICE

**Mots-clés:** pandemia, kaimbé, covid19, povos indígenas, território

**Keywords:** pandemics, kaimbé, covid19, indigenous people, territory.

## AUTOR

**ANA PAULA MARCELINO DA SILVA**

Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Integrante do GRUPESSC - Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (CNPQ/UFPB) e da Rede de Pesquisas ANTROPOCOVID. E-mail: anapaula\_marcelino@yahoo.com.br.